

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO  
BRASIL – SEÇÃO DE GOIÁS, NO  
EXERCÍCIO DE 2016, REALIZADA EM  
19/05/2016.**

Aos dezenove dias do mês de maio de dois mil e dezesseis (19/05/2016), às 19h (dezenove horas) na Sala de Sessões da OAB/GO, foi instalada a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás, no exercício de 2016, sob a Presidência do Dr. Tarihan Chaveiro Martins. **Estiveram presentes os membros:** Abrahão Camelo Pereira Viana, Allan Hahnemann Ferreira, Ana Paula Gibson Nunes Mautone, Andrea Vieira Sampaio Rios Brandão, Cleuton César Ripol de Freitas, Diego Michel de Sousa Almeida, Eduardo Martins de Camargo, Fagner Mariano Bites Leão Leite, Fausto Rodrigues Lagares, João de Araújo Dantas, Maísa Lima de Paiva, Marcos Vinícius Teixeira Barbosa, Marjore Rodrigues Santos Franca, Meriele Pereira Viana, Thays Pereira Oliveira Rodrigues **Justificaram ausência os membros:** Thomaz Ricardo. **1. VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM E ABERTURA** – Verificada a existência de quórum, o Ilustre Presidente em exercício Dr. Tarihan Chaveiro Martins declarou aberta a sessão. **OBS:** Alguns membros alegaram não ter recebido as atas das reuniões. O Presidente alegou que irá conferir na Secretaria e pedirá para que sejam enviadas as atas desta sessão e da sessão anterior aos membros. Deverá também ser encaminhado o Relatório das atividades da CDH. **2. LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO:** A presente ata será lida e aprovada ao final da reunião. O membro Dr. João de Araújo Dantas sugeriu um tópico a ser discutido na presente sessão, pelo que foi postergado para que houvesse um quórum maior de membros para discuti-lo. **3. COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA:** **3.1** Relatório das atividades da CDH – Como o relatório enviado à Presidência foi bastante extenso, contendo um total de 144 laudas, foi lido apenas parte do relatório para os membros, destacando as inspeções nos presídios, as visitas *in loco* nos desastres ambientais, como o ocorrido na Vila São José devido à uma enchente, bem como a visita *in loco* na Escola Rui Barbosa, ocupada durante a manifestação ocorrida contrária à implementação das Organizações Sociais na Educação. Também houve assistência da Comissão não apenas em todos os conflitos ocorridos nas manifestações envolvendo a questão das OSs como também houve o acompanhamento das prisões ocorridas na manifestação contrária ao aumento da tarifa de ônibus. Também foi acompanhada na DEIC a notícia de tortura que chegou a esta Comissão. Houve acompanhamento das manifestações a favor e contra o Governo. Foram enviados 73 Ofícios pedindo informações e 2 ofícios pedindo providências; **3.2** Informações dos representantes do Movimento Sem Terra – Foi dada a palavra às representantes do Movimento Sem Terra que compareceram à sessão pra pedir providências. Relatou-se que nos últimos tempos tem ocorrido uma forte criminalização dos movimentos sociais, em especial ao MST, que possui alguns membros que foram presos e alguns foram “exilados”. Foi pedido apoio para que fossem emitidas notas contrárias à criminalização dos movimentos sociais para dar força ao Comitê de Apoio que será criado. Relatou-se que os integrantes do Movimento têm sido enquadrados como Organização Criminosa e que em tempos pretéritos houve enquadramento de Formação de Quadrilha. Foi pedido para que os membros assinassem o HC formulado por um dos membros da Comissão para a soltura de um dos companheiros do movimento para que haja uma maior visibilidade ao problema sofrido rotineiramente pelos movimentos sociais: Foi dada a palavra ao Dr. Cleuton, que elucidou que o preso que se encontra no Presídio de Rio Verde, Sr. Luís, é



considerado até mesmo pelo Diretor do referido presidio como preso político, estando em cela apartada. Foi pedido pelo Dr. Cleuton para que, caso a Comissão não se sinta confortável em emitir uma nota, que seja criado um observatório, nos moldes do observatório criado quando das manifestações contrárias e a favor do Governo. Foi dada a ideia, pelo Dr. Cleuton, para que a Comissão faça parcerias com as universidades para que sejam realizados debates, estudos e seminários sobre a Lei das Organizações Criminosas, Lei Antiterrorismo e outros temas pertinentes aos movimentos sociais. Após, o Presidente da Comissão alegou que, para que haja uma nota, é necessário que seja aberto um processo na Comissão, devendo ser obedecido todos os trâmites. O Dr. Thomaz Ricardo Lopes Valle deverá ser notificado a respeito da possível nota, vez que é coordenador da Subcomissão de Libertado de Expressão e Manifestação, ficando este responsável pela relatoria deste futuro processo. A responsabilidade para efetivar o seminário ficará sob a responsabilidade do Dr. Tarihan, Dr. Allan e Dr. Cleuton. ; **3.3 Evento – Seminários:** Foi aprovado por unanimidade a realização de seminários discutindo temas afeitos; **4. ORDEM DO DIA. 4.1. Expedientes.** nenhum. **4.2. Processos com julgamento iniciado.** Nenhum. **4.3. Processos com julgamento adiado:** nenhum. **4.4. Julgamento de Processos / pauta do dia: 4.4.1. Conhecimento:** nenhum. **4.4.2. Julgamento: 4.4.2.1** Proc. 2016/00519 Requerente: Mariana de Oliveira Barbosa. Relator: Tarihan Chaveiro Martins. Como a Comissão realizou e acompanhou todos os atos referentes ao processo em questão, relatou-se pelo arquivamento. Aprovado por unanimidade. **4.4.2.2** Proc. 2009/08367 Requerente: Ministério Público do Estado de Goiás. Relator: Tarihan Chaveiro Martins – Voto convertido em diligência, qual seja, expedição de officios. Aprovado por unanimidade. **4.4.2.3** Proc. 2014/08667 Interessado: Osires Andrade. Relatora: Zoria da Silva Pereira Batista – Diante da ausência do relator, foi lido o voto pelo Presidente da Comissão, pelo que foi aprovado por unanimidade. **4.4.2.4** Proc. 2016/01575 Requerente: Sec. Mun. de Dir. Humanos e Políticas Afirmativas. Relator: Elias Menta Macedo – Diante da ausência do relator, foi lido o voto pelo Presidente da Comissão, que exarou pedido para que o processo retorne ao relator para que este proponha um projeto de ação, um plano de trabalho exequível. **4.4.2.5** Proc. 2015/00061 Requerente: Rafael Rosa Cesar Gomes. Relatora: Anna Raquel Gomes e Pereira – Diante da ausência da relatora, o Presidente da Comissão leu o voto, pelo que foi aprovado por unanimidade. **4.4.2.6** Proc. 2013/05487 Requerente: Comissão de Direitos Humanos da OAB/GO. Relatora: Anna Raquel Gomes e Pereira – Diante da ausência da relatora, foi lido o relatório e voto pelo Presidente da Comissão. O Dr. Abrahão pediu vistas do referido processo pra posterior análise do caso. **4.4.2.7** Proc. 2016/00537 Requerente: Maria Quitéria Cabral Rodrigues. Relator: Fagner Bites – Lido o relatório e o voto pelo próprio relator, pelo que foi aprovado por unanimidade. **4.4.2.8** Proc. 2015/08908 Requerente: Rosevania Pereira. Relator: Fagner Bites – Lido o relatório e o voto pelo próprio relator, pelo que foi aprovado por unanimidade. **5. COMUNICAÇÕES DOS PRESENTES.** Nenhuma. **6. ENCERRAMENTO.** O Ilustre Presidente em exercício Dr. Tarihan Chaveiro Martins declarou encerrada a reunião agradecendo a participação dos membros. Nada mais havendo para ser relatado, eu, Natália R. Serradourada, Secretária-Geral da Comissão de Direitos Humanos lavrei a presente ata que lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Goiás.



Tarihan Chaveiro Martins

Presidente em exercício da Comissão de Direitos Humanos